



ENTRE A MATERIALIDADE DO LIVRO E A INTERATIVIDADE DO LEITOR: PRÁTICAS DE LEITURA¹

*BETWEEN MATERIALITY OF THE BOOK AND THE INTERACTIVITY OF THE READER:
PRACTICES OF READING*

Ilsa do Carmo Vieira Goulart¹

RESUMO: Ao questionar se os livros tiveram os mesmos sentidos e funções para os homens, em diferentes tempos e lugares, este texto assume como objetivo compreender as variadas finalidades atribuídas ao livro como suporte material de leitura. Neste contexto, o trabalho procurará traçar, de maneira restrita, um pouco da história do livro e destacar o como e o quanto a materialidade desse objeto, em suportes distintos, pode estar relacionada com o leitor e ser desencadeadora de práticas de leitura no decorrer do tempo. Para tanto, o trabalho fundamenta-se nos estudos de Chartier (1990, 1994, 1998, 1999) e de Darnton (1990) sobre a história e a materialidade do livro.

PALAVRAS-CHAVE: Livro. Leitor. Práticas de leitura.

ABSTRACT: *By asking if books have had the same meanings and roles to humans at different times and places, this text is intended to understand the varied purposes assigned to the book as read concrete support. In this context, the work aims to establish in a restrict way a bit of book history and to highlight how and how much the materiality of this object can be linked to reader and be a trigger for practices of reading over the time. So that, the work is supported by Chartier (1990, 1994, 1998, 1999) and Darnton (1990) studies about the book history and materiality.*

KEYWORDS: *Book. Reader. Practices of reading.*

¹ Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas- SP – Brasil. E-mail: ilsa.vieira@uol.com.br
Recebido em: 18/11/2013 – **Aceito em:** 20/02/2014



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*A beleza dos versos impressos em livro
– serena beleza com algo de eternidade –
Antes que venha conturbá-los a voz das declamadoras.
Ali repousam eles, misteriosos cântaros,
Nas suas frágeis prateleiras de vidro...
Ali repousam eles, imóveis e silenciosos.
Mas não mudos e iguais como esses mortos em suas tumbas.
Só tua alma distingue seus diferentes passos,
Quanto ao único rumor em teu quarto
É quando voltas, de alma suspensa – mais uma página
Do livro... Mas um verso fere o teu peito como a espada de um anjo.
E ficas como se tivesses feito, sem querer, um milagre...
Oh! Que revoada, que revoada de asas!
Mário Quintana (1989, p. 109)*

Assim como Quintana (1989) sinto-me envolvida pela *beleza dos versos impressos em livro* e contíguo às palavras, o impresso, em sua materialidade, torna-se objeto belo e eterno. Neste texto, pretendo destacar o livro como um objeto possuidor de algo que ultrapassa seus escritos; algo que pode ser identificado ora pelos sentidos que lhes são atribuídos ora pelas representações de uma prática leitora, própria de um tempo, ou mesmo pelos *misteriosos cântaros* que ali repousam.

Na contemporaneidade, o livro já esteve ameaçado de desaparecer pela força de outras tecnologias e suportes como, por exemplo, o cinema, a televisão, o *game* e, mais recentemente, o computador. Colocado sob suspeita nas suas condições de (não) oferecer aos seus usuários informações de forma mais ágil e mais próxima, entre outras (des)vantagens, o livro passou a ser visto por muitos como um suporte ultrapassado e, por isso, presumível de desaparecer.

Seria possível que a invenção de Gutenberg, que possibilitou a entrada em uma nova era da comunicação, a era do impresso – um reinado que vigora há cinco séculos no mundo – esteja, hoje, como tantos outros impérios que se destacaram na história da humanidade, em vias de declínio?

Mediante vários debates em relação à possível extinção do livro impresso, Bauman (2003) mostra que há uma crença vinculada à modernidade tecnológica que põe em xeque o futuro do livro na sociedade.



Zilberman (2001), ao escrever sobre esta previsão do fim do livro, comenta que as profecias que anunciam esta possível aniquilação do material impresso abarcam duas vertentes: a que se entusiasma por revelar um mundo promissor vinculado às maravilhas tecnológicas e outras que temem um desaparecimento de tradições, de uma cultura que se agrega em torno do impresso.

A cultura traz uma carga de mudanças, no decorrer de sua história, que nem sempre são aceitas ou compreendidas de imediato; a adaptação aos novos valores é um processo que pode levar gerações para se efetuar. O novo passa a substituir o que já se faz *velho e ultrapassado*; uma visão bastante polêmica e atemorizante, porque não está em jogo um simples objeto mais sofisticado ou menos antiquado e, sim, hábitos e usos que se fazem a partir deles, ou seja, uma prática cultural que se inicia ou se encerra com a chegada de uma *inovação*.

Neste texto trago o livro como objeto possível de discussão e de análise. Tomando os estudos de Chartier (1994, 1996, 1998, 1999) e Darnton (1990), entre outros autores, que privilegiam essa temática como fonte de perscrutação, apresento o objeto-livro sob três perspectivas de análise: a primeira, como um suporte material para o texto; a segunda, como um objeto constitutivo de práticas de leitura e outra como o possuidor de uma materialidade provocadora de uma interação concreta do leitor.

2 O LIVRO: UM SUPORTE MATERIAL PARA O TEXTO

Tais suposições em relação à morte anunciada do livro talvez expliquem o interesse redobrado de pesquisadores pelo tema, principalmente os identificados com a História Cultural (CHARTIER, 1996 e DARNTON, 1990). Tais estudos destacam que a substituição de um suporte de texto por outro – rolos de papiros, códices, telas de computadores – pode significar a perda, não só desse objeto, mas do mundo do qual ele, um dia, fez parte.

Com a falta de um determinado suporte de texto, torna-se difícil aproximar-se dos sentidos que os homens lhe deram, das relações que com ele foram construídas, das práticas e representações que giraram em torno de um material de leitura. A mudança do suporte escrito

[...] obriga o leitor a novos gestos, a novas práticas intelectuais. Do *codex* à tela, o passo é tão importante quanto o que foi dado ao passar do rolo ao *codex*. Com ele, é a ordem dos livros que foi dos homens e das mulheres do Ocidente desde os primeiros séculos da era cristã que está em causa. São assim afirmadas ou impostas novas maneiras de ler que ainda não foi possível caracterizar totalmente, mas que, sem a menor dúvida, implicam práticas de leitura sem precedentes. (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 32).

O suporte textual ganha terrenos investigativos frente à consideração de que a existência do texto só é possível acoplada a uma materialidade; de que não existe um texto fora do suporte que possibilita a sua leitura:

Os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que se tornam objetos escritos – manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados – manejados de diferentes formas por leitores de carne e osso cujas maneiras de ler variam de acordo com as épocas, os lugares e os ambientes. (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 9).

Ferreira (1999) aponta que, apesar do volume e diversidade da produção em torno da leitura, produzida sob diferentes pontos de vista, tendências, ênfases e nuances, muito ainda está para ser melhor compreendido. A pesquisadora destaca ainda que, entre as diversas abordagens teórico-metodológicas, no temário em que a leitura se coloca, um conjunto de pesquisas de cunho historiográfico ganha força, a partir dos anos 90, no Brasil². Tal linha de pesquisa se volta para a história dos livros, dos leitores, dos espaços de leitura e para as práticas e representações que dão forma aos modos dos homens lidarem com a cultura impressa.

Os livros, em sua materialidade, têm sido tomados como objeto de estudo em trabalhos que focalizam: 1) os sujeitos que atuam em sua produção, divulgação e circulação – autores, editores, livreiros; 2) os projetos editoriais que assumem, ao longo do tempo, em diferentes edições de luxo ou em brochuras populares, formatos, tamanhos e disposições tipográficas e textuais diversas, de acordo com o público que pretende alcançar; 3) os gêneros discursivos que emergem e desaparecem com o tempo e 4) seus leitores, para os quais são criados e imaginados e que experienciam, com esse objeto, práticas e representações distintas, em culturas e tempos também diversos.

² Cf. FERREIRA, N. S. A. **Pesquisa em leitura**: um estudo dos resumos de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado defendidas no Brasil de 1980 a 1995. 1999. 110 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.



Os caminhos dos livros até os leitores e os projetos editoriais que eles assumem, a cada edição, têm sido também investigados à luz da História Cultural, por autores como Abreu (1999, 2003) e Correa (2006), entre outros. São trabalhos que se apoiam na ideia de que livros nascem e morrem, seguindo praticamente um mesmo circuito e que eles circulam e cruzam fronteiras da censura, da ilegalidade, das classes sociais e dos interesses dominantes, bem como dos limites geográficos.

Mas, de modo geral, os livros impressos passam aproximadamente pelo mesmo ciclo de vida. Este pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é livreiro que assume este papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato da composição. (DARNTON, 1990, p. 112).

No campo das práticas e representações ligadas ao mundo da leitura, o livro ganha destaque por sua materialidade, pois é preciso

[...] que a atenção se volte para a maneira como se dá o encontro entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor” - para retomar as palavras de Paul Ricoeur. Reconstruir em suas dimensões históricas um tal processo exige, em primeiro lugar, considerar que suas significações dependem das formas e das circunstâncias por meio das quais os textos são recebidos e apropriados por seus leitores (ou seus ouvintes). Estes últimos nunca são confrontados com textos abstratos, ideais, desligados de qualquer materialidade: eles manipulam objetos, ouvem palavras cujas modalidades governam a leitura (ou a escuta) e, ao fazê-lo, comandam a possível compreensão do texto. [...] é preciso considerar que as formas produzem sentido e que um texto se reveste de uma significação e de um estatuto inédito quando mudam os suportes que o propõem à leitura. Toda história das práticas de leitura é, portanto, necessariamente uma história dos objetos escritos e das palavras leitoras. [...] Longe de uma abordagem fenomenológica que apaga as modalidades concretas da leitura, considerada como um invariante antropológico, é preciso identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores, as tradições de leitura, as maneiras de ler. (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 6).

Nessa direção, os livros trazem inscritos, em seus distintos projetos editoriais e edições, orientações textuais e tipográficas que contribuem para a produção de sentidos da parte do leitor no momento da leitura. Para seus usuários, os livros têm textos, imagens, formas, cheiros, tamanhos, protocolos que encaminham a leitura (título, índice, notas de rodapé, referências bibliográficas, autoria); servem para determinados fins e objetivos, são provocadores até mesmo quando fechados e ainda não possuídos:



[...] após você ter percorrido rapidamente com o olhar os títulos dos volumes expostos na livraria, você se dirigiu a uma pilha de exemplares recém-impressos de *Se um viajante numa noite de inverno*, pegou um e o levou ao caixa para ver reconhecido o seu direito de possuí-lo. Você ainda lançou sobre os livros em redor um olhar desgarrado (ou melhor: os livros é que o olharam com um olhar perdido como o dos cães nos cercados do canil municipal quando veem um ex-companheiro ser levado pela coleira pelo dono que veio resgatá-lo) e, enfim, saiu.

Um livro recém-publicado lhe dá um prazer especial, não é apenas o livro que você está carregando, é também a novidade contida nele, que poderia ser apenas a do objeto saído há pouco da fábrica, é a beleza diabólica com a qual os livros se adornam, que dura até que a capa amarelece, até que um véu de poeira se deposita nas bordas das folhas e os cantos da lombada se rasgam, no breve outono das bibliotecas. (CALVINO, 1999, p. 14).

Cavallo e Chartier (1998) trazem algumas concepções a respeito do texto: uma de que não existe um texto separado da materialidade, do suporte que possibilita a leitura; outra de que os autores escrevem textos e não livros, eles “escrevem textos que se tornam objetos escritos – manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados – manejados de diferentes formas por leitores de carne e osso cujas maneiras de ler variam de acordo com épocas, lugares e ambientes.” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 9).

A materialidade do livro pode estar agregada a uma ação editorial que marcada pela intencionalidade de conduzir o leitor a uma determinada leitura, pois Darnton (1990, p. 169) esclarece que “os textos têm propriedade tipográficas que guiam a reação do leitor”. E esta forma física do texto, segundo Mchenzie (1991) reconstrói o significado do texto.

O texto, ao assumir uma determinada forma física, permite uma prática de leitura distinta; num suporte digital, por exemplo, basta apenas um *click* para se acionar o escrito sobre o qual pode se ajustar a forma, o tamanho, a cor das letras, como também o formato textual, pela ação audaciosa e operante do leitor que aproxima o objeto-texto digitalizado às suas necessidades, às suas apreciações ou às suas preferências particulares.

3 O OBJETO-LIVRO NUMA DIVERSIDADE DE PRÁTICAS DE LEITURA

Juntamente com a leitura, o livro também possui suas revoluções, suas reformas. Segundo os estudos de Cavallo e Chartier (1998), a história do livro revela que, ao

passar por transformações, adaptações em sua estrutura física, essa forma material ocasiona uma prática de leitura distinta. Essa transformação do suporte textual desde o *volumen*, o *codex*, o impresso até chegar ao texto digital, o livro assumiu funções a partir do uso, das práticas de leitura que eram efetuadas.

Na Grécia antiga, século VI até o século V a.C., os livros eram constituídos de grandes rolos, traziam consigo práticas, modos, usos e gestos específicos na realização da ação leitora. A leitura era seguida de movimentos precisos num rolar e desenrolar e efetuada em voz alta; o escrito carregava a função de conservar um texto, de preservar uma escrita de relatos de vida, de feitos históricos, de conquistas, de uma palavra que fora outrora oralizada. Tinha-se a concepção de que: “a escrita fora inventada para fixar textos e trazê-los assim novamente à memória, na prática, para conservá-los.” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 10).

Mais adiante, nos séculos V e IV a.C. na Grécia, Cavallo e Chartier (1998, p.13), percebem uma mudança na concepção do escrito: “tem-se uma leitura dita de percurso e que, ao ‘percorrer’ o texto, considera-o, examina-o, investiga-o”. O livro passa a assumir uma função intelectual, tornando-se um instrumento de estudo e de meditação. Com ele, ancora-se uma prática de leitura que utiliza o escrito como instrumento de reflexão em um período caracterizado pela escassez do manuscrito, o que ocasionava inúmeras leituras sobre um mesmo material.

No decorrer desse período histórico, há uma (re)descoberta do escrito, evidencia-se uma ampliação na cultura escrita, seja pela produção de grandes quantidades de documentos, seja pela ampliação do ensino escolar, pela difusão das práticas de leitura ou pela constituição de bibliotecas.

As conquistas do Império Romano, nos séculos III e II a. C., além da expansão territorial, do dominar político e econômico, apossou-se também da cultura escrita grega. Houve uma inserção de novas práticas de leitura, o uso do livro se expandiu entre as famílias nobres, surgiram as bibliotecas particulares. Os livros também assumiram a função estética, de ornamento; ter um livro era sinal de riqueza, de civilização, de vida culta e refinada.

A mais significativa divulgação e expansão da leitura ocorreu a partir dos séculos II d. C., com utilização do *codex*, do livro em forma de páginas sobrepostas, difundido pelos cristãos e leitores desses manuscritos. Por apresentar um baixo custo em

sua produção, feito de pele animal, podia-se usar os dois lados do suporte; o *codex* também oferecia uma leitura mais livre de movimentos e de manuseio. Um período marcado por mudanças tanto do suporte do texto quanto dos usos e modos de ler.

Durante a Idade Média, o livro foi marcado pela representação do conhecimento, de valores morais e religiosos e pela diversidade de práticas decorrentes de seu uso. A maior transformação da prática leitora, sem dúvida, foi a passagem da leitura em voz alta para a leitura silenciosa ou murmurada.

Embora o conhecimento estivesse em ascendência nas Universidades em várias cidades da Europa, nos séculos XI a XIV, o livro nem sempre foi predestinado à leitura: muitas vezes, aparecia como um objeto de ornamentação, bem patrimonial, sinal do sagrado e do místico; outras como uma valiosa mercadoria para os estudantes das universidades e, também, como um objeto de temor pelo texto que carregava: retiravam-no de circulação, entrava para a lista dos *index* – os livros proibidos – e era incinerado.

Num período em que se lia muito e de diferentes maneiras, a atividade leitora ultrapassava a simples compreensão dos signos linguísticos para adquirir a apreensão do significado do texto. O livro assumiu uma função de instrumento intelectual, aquele que possibilitava chegar ao saber ou a diferentes saberes. De uma leitura centrada em poucos escritos passava agora a uma leitura de fragmentos de diversos livros.

Na Idade Média, ainda mesmo como um manuscrito, o livro em forma de *codex* já possuía um formato de acordo com a sua utilização: o grande fólio – livro grande e pesado, que necessitava ser colocado sobre um apoio (mesa) para ser lido – era um livro de estudo, de universidade; o livro humanista, livro médio, mais maleável, continha textos clássicos e de novidades; o livro portátil ou de bolso era menor, possível de se transportar consigo para se realizar leituras em qualquer lugar. (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Com o Iluminismo, no início da Idade Moderna, marcado por tantas conquistas e descobertas do homem, ocorrera uma das maiores revoluções que afetaria as práticas de leitura decorrente todos os tempos. A invenção da imprensa, por Gutenberg, na metade do XV, além da alteração no formato do livro, viabilizava a propagação do texto, barateando seu custo e num tempo mais curto.

Depois de percorrer séculos, o livro impresso também segue quase que mesmo padrão de produção: um encadernado impresso de páginas sobrepostas, envolto por uma

capa, de tamanhos e formatos de acordo com o uso ou seu público. A produção editorial aproxima o formato do impresso à leitura que dele se efetivará, ao tipo de texto que ele receberá ou mesmo ao público ao qual se direcionará.

Pode-se considerar que as mudanças que ocorrem no suporte da escrita promovem mudança nas práticas de leitura que serão efetuadas sobre ele. Isso ocorre porque “as transformações no livro e transformações das práticas de leitura somente podiam avançar juntas.” (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 19).

Diante da função inicial da escrita de conservar o texto, de fixá-lo sobre um suporte e trazê-lo à memória, o que vemos, na atualidade, é uma função um tanto alargada do impresso, pois mais do que conservar um texto, o livro é também uma conservação das práticas de leitura sobre ele realizadas, dos gestos, dos usos de um material em um determinado tempo.

Acoplado ao livro estão os modos de leitura que nele se efetivam ou se efetivaram. Os livros tornam-se objetos carregados, não apenas de um escrito, de conteúdo textual, mas também de uma ação leitora sobre/com a materialidade.

Como objeto cultural, o livro ganha formas e sentidos diferentes quando interpretados no interior de distintas comunidades de leitores, em tempos e lugares distintos. No campo das representações – “configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos” (CHARTIER, 1996, p. 23) – o livro adquire uma diversidade de sentidos. Diferentes grupos atribuem significados distintos a esse material.

Para muitos homens, o livro enquanto objeto afasta demônios e maus pensamentos, cura doenças, irradia luz e sabedoria, dá status e poder a quem o expõe (FABRE, 1996). Para um determinado grupo, por exemplo, pode representar conhecimento e intelectualidade, ser um objeto de estudo, informação, enquanto que para outros poderá representar sabedoria divina, sagrada que exigirá respeito e devoção.

O livro, pelas práticas que incita e pelo poder que culturalmente a ele foi agregado, já foi visto por muitos olhos atemorizados, queimado em praças públicas, interdito, recolhido depois de impresso; despertou a desconfiança, o medo, a ira, a discórdia por não mais poder ser controlado por aqueles cuja *autoridade* e o *conhecimento* lhes fora reservado. Como exemplo deste temor ao livro, o romance *O*

nome da rosa, de Umberto Eco (1986) revela os diferentes dramas, as diferentes crenças e medos que se construíam sobre um determinado manuscrito:

E caso carecesses de prova de que este livro é maldito, tu a tiveste. Mas não deve ter morrido em vão. E a fim de que não tenham morrido em vão, uma outra morte não será demais.

Disse, e começou com as mãos descarnadas e diáfanas a rasgar lentamente, em pedaços e em tiras, as páginas moles do manuscrito, colocando-as aos bocados na boca, e mastigando lentamente como se consumindo a hóstia e quisesse torná-la carne na própria carne. (ECO, 1986, p. 539).

Para outros, o livro foi amado, venerado, protegido e guardado a sete chaves; adotado por diferentes instituições como produto cultural mais eficiente na divulgação, no debate das ideias públicas e como arma contra a ignorância e o atraso.

Mas há de ser possível chegar a uma ideia mais sólida do sentido dos livros para as pessoas. A presença do livro na prestação de juramentos, na troca de presentes, na concessão de prêmios e na doação de heranças oferece pistas sobre seus significados em diferentes sociedades. A iconografia dos livros poderia indicar o peso de sua autoridade, mesmo para trabalhadores analfabetos que se sentavam nas igrejas diante de pinturas representando as tábuas de Moisés. O lugar dos livros no folclore e dos motivos folclóricos nos livros mostra que, quando a tradição oral entrou em contato com o texto impresso, as influências se deram em ambas as direções, e que os livros têm de ser estudados em relação com outros meios de comunicação. (DARNTON, 1990, p. 130).

4 DA MATERIALIDADE DO LIVRO À INTERATIVIDADE DO LEITOR

O livro impresso, diferente do suporte digital, mostra-se fixo e imutável em sua apresentação tipográfica em uma determinada edição. Entretanto, ele espera a vontade do leitor de conhecê-lo para assim se revelar. Espera um olhar para se mostrar, um toque para se deixar sentir e uma leitura para construir um diálogo.

Por mais que os leitores se apropriem de um livro, no final, livro e leitor tornam-se uma só coisa. O mundo, que é um livro, é devorado por um leitor, que é uma letra no texto do mundo; assim cria-se uma metáfora circular para a infinitude da leitura. Somos o que lemos. (MANGUEL, 1997, p. 201).

Para Manguel (1997, p. 201), quando texto e leitor se encontram intimamente, ocorre uma ligação profunda, indescritível, que, segundo o autor, está além da apropriação do conteúdo do escrito:

[...] lemos intelectualmente, num nível superficial, aprendendo certos significados e conscientes de certos fatos, mas ao mesmo tempo, invisivelmente, texto e leitor se entrelaçam, criando novos níveis de significado, e, assim, toda vez que, interagindo-o, fazemos o texto entregar algo, simultaneamente nasce sob ele outra coisa que ainda não aprendemos.

Deste contato com o leitor, os livros trazem marcas de uma posse temporária ou duradoura, cedidas por seu(s) leitor(es). São marcas deixadas pelo leitor durante a leitura: do manuseio, de grifos no texto, de intervenções escritas nas páginas ou nas margens, da ação de colorir as ilustrações, de sinais marcadores das pausas ou mesmo páginas dobradas. São marcas de preservação: livros encapados, com nome de quem os comprou, com a data da aquisição.

Esses sinais fixados no objeto-livro são reveladores das práticas culturais pelas quais se realizou a leitura, além de sugerirem também características do leitor. Um grifo, por uma anotação ou ainda uma mancha, talvez, de café ou de tinta do tinteiro tornam-se evidências da relação estabelecida entre o leitor e o livro no momento da leitura, bem como da possibilidade de referir-se aos usos efetuados sobre este material.

E, contudo, a verdade é que os livros determinados emprestam certas características a leitores determinados. Implícita na posse de um livro está a história das leituras anteriores do livro – ou seja, cada novo leitor é afetado pelo que imagina que o livro foi em mãos anteriores. (MANGUEL, 1997, p. 30).

O primeiro contato desencadeador da leitura, sem dúvida, acontece na exterioridade. O sujeito utiliza-se das sensações que este material impresso pode lhe oferecer. A materialidade do objeto-livro sugere ao leitor determinadas posturas, escolhas e usos distintos, e isto se processa porque “antes de ser um texto escrito, um livro é um objeto; tem forma, cor, textura, volume, cheiro. Pode-se até ouvi-lo se folhearmos suas páginas.” (MARTINS, 1986, p. 42).

O livro, segundo a autora, torna-se um atrativo por possibilitar uma exploração concreta – sua forma, imagens, textura, cores, configuração, capa, disposição do título, tipo de letra, facilidade de manuseio –, bem como por conter um enigma que instiga a curiosidade e por se revelar, assim, um ato desafiador, favorecendo a constituição de uma relação consistente.

Reconstituir o processo pelo qual as obras adquirem sentido significa, nos estudos expostos, principalmente por Chartier (1996), considerar uma relação em tríade:

o texto, o objeto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera. Nesta direção, trazer como foco da pesquisa o livro, em sua materialidade, é contemplar os valores e sentidos dados a ele no campo das representações, mas também no das práticas que ele incita.

Uma história sólida das leituras e de leitores deve, portanto, ser a da historicidade dos modos de utilização, de compreensão e de apropriação dos textos. Ela considera o “mundo do texto” um mundo de objetos, de formas, de rituais cujas convenções e disposições incitam e obrigam à construção do sentido. Considera, de outro lado, que o “mundo do leitor” é constituído por “comunidades de interpretação”, segundo expressão de Stanley Fish, às quais pertencem os leitores (e leitoras) particulares. Cada uma dessas comunidades partilha, em sua relação com o escrito, um mesmo conjunto de competências, de usos, de códigos, de interesses. Surge daí, pois, em todo este livro, uma atenção dupla: para com as materialidades dos textos e para com as práticas de seus leitores. (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 7).

As práticas de leitura não são significadas em si mesmas, não acontecem somente por meio dos olhos ou do psiquismo; são modos aprendidos e ensinados culturalmente de lidar com determinados objetos e de atribuir-lhes sentidos. A leitura ganha, então, uma dimensão mais ampla do que apenas um ato intelectual: ela é um envolvimento do corpo como um todo, uma inserção num lugar, num ambiente, sendo também este um envolvimento consigo e com os outros.³

A leitura, enquanto prática cultural, requer do leitor um elenco próprio: objeto de leitura, gestos, espaços, pessoas, atitudes, uma predisposição. Lê-se através de uma junção de sentidos que operam em ressonância: o toque, o cheiro, a posição do corpo, a sonoplastia do ambiente. Enfim, Goulemot (1996) explicita: “Há uma dialética inscrita na história do corpo e do livro.” E acrescenta: “As relações com o livro, isto é, a possibilidade de constituir sentido, dá-se por meio dessas atitudes do leitor.” (GOULEMOT, 1996, p. 109).

O autor expõe as atitudes do leitor como *ritos de leitura*: a posição que assume ao iniciar a leitura, seja sentado, em pé ou deitado; o local em que se realiza, seja no quarto ou num escritório; sozinho ou com outras pessoas. Neste contexto, sugere que as ações do indivíduo com este material possibilitam a efetivação de várias situações de leitura como também a constituição de sentidos para o ato de ler.

³ Cf. CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: UnB, 1994, p. 16.

Nessa perspectiva, os modos como os homens se relacionam com este objeto chamado livro não podem ser identificados como uma relação abstrata e universal, mas podem ser investigados em suas diferenças e aproximações entre os indivíduos e comunidades de leitores:

Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. Mas esta liberdade leitora não é jamais absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem. (CHARTIER, 1999, p. 77).

A liberdade do leitor, frente ao texto, apresenta certa vulnerabilidade pelo fato de o livro, em sua materialidade, ser um provocador de ações e pelas práticas da comunidade leitora na qual está inserido. A história da leitura possibilita não só a percepção como o registro dessas mudanças, no decorrer do tempo, nos atos e nas razões de ler.

Tomar o livro como objeto que incita gestos, habilidades, competências, desejos, valores e significados é um esforço de investigação sobre a posição que ele ocupa no encontro entre ele e o leitor no momento da leitura. Focalizar o livro como aquele que não só se oferece como objeto para ser lido, nem exclusivamente como marcado por protocolos orientadores dos itinerários da leitura, mas como carregado de valores, sentidos simbólicos dados culturalmente pelas comunidades de leitores, foi a intenção desse trabalho.

Se um livro é, para alguns, objeto de temor, tédio, inquietação e desprezo, para outros, no entanto, é objeto de amor, cumplicidade, veneração e respeito. Permite práticas antigas e contemporâneas, solitárias e coletivas, oralizadas e vistas, ouvidas e sentidas.

Como nos mostra Chartier (1999), há para cada comunidade de leitor uma determinada maneira de ler, um uso específico deste material de leitura como também os instrumentos interpretativos. O que regerá esta prática dependerá das maneiras como o texto é lido. Esta maneira de ler varia, pois cada leitor possui uma capacidade intelectual distinta e estabelece uma relação com o escrito a qual é individual, singular e única.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

_____. **Os caminhos dos livros**. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

BAUMAN, Z. O livro no diálogo global entre culturas. In: PORTELLA, E. (Org.). **Reflexões sobre os caminhos dos livros**. Tradução de Guilherme João de Freitas. São Paulo: UNESCO/ Moderna, 2003.

CALVINO, Í. **Se um viajante numa noite de inverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (Orgs.) **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, R. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: *Difel*; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priore. Brasília: UnB, 1994.

_____. (Org.) **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.

_____. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

CORREA, C. H. A. **Circuito do livro escolar**: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852-1910). 2006. 247f. Tese (Doutor em Educação), Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ECO, H. **O nome da rosa**. Tradução de Aurora F. Bernardini e Homero F. de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 1986.

FABRE, D. O livro e sua magia. In: CHARTIER, R. (Org.) **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996. p. 201-228



FERREIRA, N. S. A. **Pesquisa em leitura:** um estudo dos resumos de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado defendidas no Brasil de 1980 a 1995. 1999. 110f. Tese (Doutor em Educação), Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GOULART, I. C. V. **O livro: objeto de estudo e de memória de leitura.** 2009. 191f. Dissertação (Mestre em Educação), Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. 200f.

GOULEMOT, J. M. Da leitura como produção de sentido. In: CHARTIER, R. **Práticas da leitura.** Tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996. p.107-116

MCKENZIE, D. The book as an expressive form. In: MCKENZIE, D. **Bibliography and the Sociology of Texts.** Cambridge University Press, 1999. p.9-29

MANGUEL, A. **Uma história da leitura.** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, M. H. **O que é leitura?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUINTANA, M. Antologia Poética. São Paulo: Ediouro, 1989.

ZILBERMAN, R. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

ⁱ Apresentado em *O Jogo do Livro VIII*, este texto, com algumas alterações, constitui parte da Dissertação de Mestrado desenvolvida na FE-UNICAMP, vinculada ao Grupo de Pesquisa: ALLE – Alfabetização, Leitura e Escrita – e intitulada *O livro: objeto de estudo e de memória de leitura*, financiada, em sua fase final, pela CAPES.

Como citar este documento:

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. Entre a materialidade do livro e a interatividade do leitor: práticas de leitura. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v.12, n.2, p.5-19, maio/ago. 2014. ISSN 1678-765X. Disponível em:
<<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci>>. Acesso em: 30 maio 2014.
